

A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO
ABERTO: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR EM UM MUNICÍPIO DO
NORDESTE

Aline Kelly da Silva – Estudante do curso de graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Alagoas

Simone Maria Hüning – Professora Doutora do curso de Psicologia da Universidade Federal
de Alagoas

Neste trabalho objetivamos relatar e discutir uma experiência de estágio curricular na graduação em Psicologia, ocorrido desde agosto de 2011 até o momento atual. O referido estágio situa-se no âmbito da Psicologia Social Comunitária e o local escolhido foi o Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade em um município do Nordeste, o qual se caracteriza pela execução e acompanhamento das medidas socioeducativas supracitadas, previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente para o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais.

O Programa conta com psicólogos(as), assistentes sociais e pedagogas, divididos em duas equipes técnicas, além de orientadores(as) comunitários(as), agentes administrativos, motoristas, coordenador do serviço e estagiários de Psicologia e Serviço Social. As atividades de estágio realizadas até o momento são: atendimento psicossocial com adolescentes e familiares, relatos de atendimentos ou evoluções, visitas domiciliares e atividades de um projeto de fortalecimento dos vínculos familiares com um grupo constituído por adolescentes do Programa e outro por familiares.

Ao longo desse período, temos vivenciado algumas problemáticas referentes às políticas públicas brasileiras, como, por exemplo, a carência de cursos profissionalizantes para o público atendido, principalmente a partir de uma perspectiva que considere as singularidades desse público, conforme previsto em projeto de lei que referencia o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Além disso, temos experienciado dificuldades no que concerne à dinâmica das relações entre a equipe, que repercutem nos modos de desenvolvimento dessas medidas socioeducativas.

Outro aspecto significativo é a fragilidade da articulação com políticas públicas de outros setores. É notório o envolvimento de grande parte do público atendido com abuso e dependência de substâncias psicoativas. No entanto, mesmo nos casos em que algum adolescente concorda com o tratamento e o Programa busca articulação com as políticas públicas de saúde mental, a precariedade desses serviços, no município em questão, dificulta bastante o acesso a eles. Também nos chama a atenção os relatos de alguns adolescentes com relação à escolarização, apontando as

greves frequentes e o quadro insuficiente de professores como fatores que os desmotivam a frequentar a escola. Evidencia-se, assim, a necessidade de melhoria das políticas públicas de modo amplo para que a aplicação das medidas socioeducativas promova mudanças mais efetivas na vida desses sujeitos.

Por fim, questionamos o processo de negação de direitos fundamentais, tais como saúde e educação, durante a trajetória de vida da maior parte da população atendida. Parece-nos que alguns direitos, previstos pelo ECA, somente começam a ser concretizados, embora de modo precário, na vida desses sujeitos a partir da condição atual de “infratores”.

Palavras-chave: políticas públicas; sistema socioeducativo; psicologia.